

ARTIGO

MULHERES EM CENA:

MUNDOS DO TRABALHO E ASSOCIATIVISMO FEMININO EM MANAUS (1900-1920)

MARIA LUIZA UGARTE PINHEIRO

Mestre e Doutora em História pela PUC-SP onde também desenvolveu Estágio Pós-Doutoral. É professora do Programa da Pós-Graduação em História da Universidade Federal do Amazonas.

ORCID: <http://orcid.org/0000-0002-9994-1921>

RESUMO: Protestos, passeatas, organizações sindicais e greves operárias imprimiram suas marcas na pujante capital amazonense que se modernizava sob o impacto das rendas auferidas com a exportação da borracha. Não será surpresa, portanto, que, dentre as primeiras manifestações da organização operária e do movimento operário no Amazonas, as mulheres tomem parte de tais manifestações, protestando, a seu modo, contra as precárias condições de vida e trabalho e reivindicando melhorias sociais. Por se constituir num dos raros momentos de mulheres participando de manifestações sindicais, este artigo se propõe a refletir sobre o trabalho feminino e as greves produzidas pelas operárias da Fábrica de Roupas Amazonense, ocorridas entre os anos de 1912 e 1913.

PALAVRAS-CHAVE: Trabalho, Gênero, Greves.

WOMEN ON SCENE:

FEMALE VISIBILITY AND PROTAGONISM IN MANAUS (1900-1920)

ABSTRACT: Protests, marches, associativism and workers' strikes left their mark on the capital of Amazonas, which was being modernized under the impact of income from rubber exports. Already in the first manifestations of the labor movement in Amazonas, women took part in them, protesting, in their own way, against the precarious living and working conditions and also demanding social improvements. As it constitutes one of the rare moments of women participating in union demonstrations, this article proposes to reflect on female work and the strikes produced by the workers of the Amazonian Clothing Factory, which took place between 1912 and 1913.

KEYWORDS: Labor, Gender, Strikes.

Recebido em: 26/03/2022

Aprovado em: 16/05/2022

DOI: <http://dx.doi.org/10.23925/2176-2767.2022v74p122-149>

INTRODUÇÃO

A conjuntura de expansão e de crise da economia gumífera em Manaus foi marcado por um fértil processo de experimentação no interior da classe operária, no qual protestos, passeatas, organizações sindicais e greves imprimiram suas marcas na promissora capital amazonense, que se modernizava por meio dos lucros oportunizados pela exportação da borracha (PINHEIRO, 2015) . Neste cenário, não foi incomum que, dentre as primeiras manifestações da organização operária e do movimento operário no Amazonas, as mulheres tivessem tomado parte de tais manifestações, protestando contra as condições de vida e trabalho e reivindicando melhorias salariais. Por se constituir num dos raros momentos de mulheres participando de manifestações sindicais este artigo se propõe a refletir sobre o trabalho e o associativismo feminino, bem como sobre as greves produzidas pelas operárias da Fábrica de Roupas Amazonense.

Até aproximadamente 1870, Manaus não passava de um lugarejo acanhado e desprovido de atrativos, com uma população pequena e majoritariamente indígena, em meio a parcelas de mestiços, negros e pouquíssimos brancos, alguns dos quais estrangeiros. Na virada para o século XX, o impacto das rendas auferidas com a exportação de borracha abarrotou os cofres públicos, permitindo que Manaus crescesse e se transformasse numa cidade atrativa e estruturada para recepcionar os agentes do capital estrangeiro. Uma infinidade de prédios públicos e melhoramentos urbanos transformaram, em parte, aquela fisionomia de cidade acanhada.

Empresas estrangeiras, através de concessões generosas dos governos federal e estadual controlavam os serviços de abastecimento de água, de tratamento de esgotos, de transportes coletivos e da estrutura portuária. Manaus presenciou a introdução de tecnologias inovadoras para a época, como a luz elétrica e a construção de linhas de bondes, além da entrada do telégrafo e do sistema de telefonia. Essa urbanização dinamizou o comércio, abrindo o mercado de trabalho tanto no setor privado, quanto no estatal.

Todas essas transformações, aliadas a uma política de introdução de imigrantes nacionais e estrangeiros, produziram importantes modificações na composição do quadro populacional, interferindo nos costumes, hábitos e valores tradicionais da população. Esta última mudança, em especial,

respondia à falta de mão de obra especializada, necessária aos empreendimentos urbanos, além de, em paralelo, fortalecer as ideias eugênicas, então populares no Brasil, muitas delas sendo abraçadas pelos governantes amazonenses (VILLEROY, 1911).

Essa nova dinâmica econômica abriu espaços de empregos tanto para os habitantes locais quanto para os que vinham de fora, mas jamais numa dimensão condizente com o número elevado dos que chegavam. A pressão sobre os empregos fazia com que os salários dos que conseguissem colocações não fossem suficientes para propiciar uma vivência que garantisse muito além da mera subsistência. Tal situação criou um ambiente propício para a ocorrência de manifestações e protestos, favorecendo criação de organizações beneficentes e sindicais e deflagração de greves operárias. As primeiras greves começaram a parecer na cidade nas décadas de 1870 e 1880 (PINHEIRO e PINHEIRO, 2017), afetando, principalmente, categorias ligadas aos serviços urbanos, que então começavam a ganhar relevância. Assim, marítimos portuários, catraieiros, carroceiros e estivadores foram os responsáveis pelo aparecimento das primeiras manifestações paredistas no Amazonas.¹

MULHERES NOS ESPAÇOS DE TRABALHO EM MANAUS

Se, no cenário nacional, já há algum tempo, artigos, livros, dissertações e teses sobre as mulheres no exercício do trabalho, remunerado ou não, tornaram-se comuns desde clássicos de Heleieth Saffioti (1976) e Maria Odila L. da S. Dias (1995), no cenário historiográfico do Amazonas, a produção é mais recente e rarefeita, embora diversas pesquisas estejam sendo desenvolvidas atualmente, aprofundando aquelas temáticas. De igual forma, localizar o trabalho feminino no universo mais amplo dos mundos do trabalho manauara já se mostra como uma tarefa possível,² porém mensurar e avaliar a atuação delas no interior do processo de organização, mobilização e luta da

¹ Claudio Batalha comenta que, dentre os trabalhadores, “os segmentos da classe operária que mais facilmente se organizaram, em muitos casos desde o século XIX, foram os trabalhadores qualificados, detentores de um ofício. Tipógrafos, alfaiates, sapateiros, pedreiros, marceneiros, padeiros, estavam à frente da mobilização operária de Belém a Porto Alegre.” (BATALHA, 2003, p. 170).

² A título de exemplos: Pinheiro (2001), Campos (2010); Praia (2010), Menezes (2014) e Antunes (2014).

classe operária amazonense se configura ainda num desafio de grande magnitude.

Dado o caráter rarefeito e fragmentário da documentação deixada por mulheres, em especial por aquelas das classes trabalhadoras, nesse e em outros períodos de estudos, nossa análise buscou se amparar, em grande medida, na documentação produzida pela imprensa amazonense.³ Embora rica, seu manuseio requer atenção, principalmente por se tratar de uma imprensa produzida essencialmente por homens. Estes as referenciavam, quase sempre, ancorando-se em representações desqualificadoras, que as viam como frágeis, passivas, dóceis, ingênuas e inconscientes. Portanto, há que se ter clareza de que se está lidando com construções masculinas acerca de um universo feminino que supunham conhecer (PERROT, 2007). A utilização destas fontes, exige cuidados especiais, principalmente no que diz respeito ao reconhecimento do “lugar social” de onde suas falas são pronunciadas.⁴

Saber quem foram essas mulheres, como se vinculavam aos mundos do trabalho, como participaram da constituição da cultura operária amazonense, como interagiram com os diversos segmentos da sociedade – principalmente com o patronato e com as associações de trabalhadores –, como foram percebidas por seus contemporâneos. Estas são as questões que se pretende levantar neste artigo. Em uma frase, avaliar e discutir as dimensões de sua agência, de seu protagonismo.

A dinamicidade da economia amazonense, propiciada pela exportação da borracha, proporcionou modificações nos costumeiros papéis desempenhados por homens e mulheres em toda a região, porque introduziu novas demandas, em especial às capitais da borracha, Belém e Manaus (WEINSTEIN, 1993; MESQUITA, 2009). Ao mesmo tempo, abriu oportunidades novas às mulheres, colocando-as de forma mais efetiva no mercado de trabalho remunerado e fixo – antes, espaço exclusivamente masculino.

³ Dentre os principais diários amazonenses consultados para esse artigo, destacamos *Amazonas* (1866- 1921), *Jornal do Comércio* (1904-1923), *Folha do Amazonas* (1910-1915), *Correio do Norte* (1908-1912), *O Tempo*, (1913). Embora fossem órgãos de divulgação atrelados de forma explícita ou implícita a grupos políticos da elite, reunidos, muitas vezes, em torno de um partido político, não deixaram de veicular as tensões mais prementes dos populares e dos trabalhadores em Manaus.

⁴ Sobre o tema ver, entre outros: (Vieira, Peixoto e Khoury (1989), Cruz e Peixoto (2007).

A possibilidade da instrução formal, por parte de um contingente cada vez maior de mulheres, qualificou-as para o exercício de novas profissões em um mercado de trabalho que se expandia a partir de um incentivo ao letramento que, apenas esboçado nas décadas iniciais da província, ganhava forte expressão na virada para o século XX. Bradford Bruns argumentou que “Manaus possuía um sistema educacional excepcionalmente bem desenvolvido”; e que, em 1910, “a maior soma sob uma única rubrica do orçamento estadual [...] destinava-se à educação” (BURNS, 1966, p. 17-18). Nessa cidade, onde o magistério se tornou um importante espaço para o trabalho feminino, a documentação as visibiliza, sendo nomeadas para as escolas primárias; ou atuando como professoras em casas de famílias abastadas; ou improvisando salas e, até mesmo, escolas particulares em seus domicílios (PINHEIRO, 2001; CAMPOS, 2010).

No espaço informal – o *lócus* prioritário de seus vínculos com os mundos do trabalho –, elas aparecem, de longa data, como costureiras, bordadeiras, vendedoras de doces, guloseimas e quinquilharias, preservando-se à exposição nas ruas sempre que podiam, momento em que designavam a tarefa da comercialização de seus produtos aos filhos. Com o passar do tempo, a prática da clausura feminina, sempre atestada nos registros dos viajantes,⁵ foi ficando para trás.

A nova dinâmica urbana da Manaus fin de siècle permitiu algumas vezes que o trabalho doméstico e artesanal – como a costura – evoluísse para empreendimentos maiores e de maior visibilidade e interação pública, como passaram a ser os ateliês de costura. Um destes empreendimentos foi o de Madame Clara, que anunciava no *Jornal do Commercio*, em 1904, ser ‘modista de vestidos e chapéus, modas e confecções, fazendas e perfumarias’. (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1904).

Atuaram também como vendedoras e balconistas nas lojas da cidade, em especial daquelas dedicadas aos produtos mais diretamente ligados ao universo feminino. De igual forma, abrindo-se o século XX, passaram a ocupar timidamente os postos de secretárias nas repartições públicas e firmas

⁵ Na primeira metade do século XIX, Lister Maw (1989); e, na segunda metade do século XIX, Carrey (1862). Lembremos que tal controle não era exercido sobre a mulher escrava, cuja mobilidade pelas ruas podia ocorrer sem esse tipo de constrangimento, embora sobre ela recaísse a vigilância senhorial contra fugas e desvios de conduta.

comerciais amazonenses. Ali, também se fizeram datilógrafas, para cujo aprendizado já existiam escolas em Manaus desde 1902.⁶

Assim como a segmentação social transpassava fortemente as inserções femininas no universo do trabalho, ela também se estabelecia no âmbito da formação profissional, permitindo que mulheres de classes abastadas tivessem acesso à educação superior, valorizada na capital amazonense com a abertura, em 1909, daquela que seria a primeira experiência universitária em todo o Brasil, a Escola Universitária Livre de Manaus. Registre-se de passagem que, para muitas mulheres, a obtenção de um título não significava necessariamente o ingresso na profissão, sendo usado mais como um grau de distinção social e cultural em uma cidade que então se projetava como moderna e civilizada. Seja como for e embora em número pequeno, diversas mulheres se embrenharam por áreas como a do estudo do Direito e da Medicina, assim como do curso de Parteiras, também ofertado por aquela instituição de ensino superior, para então atuar como parteiras e enfermeiras nos hospitais e no atendimento a particulares. Formaram-se também odontólogas, caso das irmãs Marina e Honorina Moura, pioneiras no curso de Odontologia e no exercício da profissão, tendo montado um gabinete dentário em Manaus (CAMPOS, 2010, p. 102).

O urbanismo modernizador da virada para o século XX também provocou em Manaus uma ampliação sensível no campo de funções tradicionalmente exercidas por mulheres, notadamente nos serviços domésticos. Como cozinheiras, passadeiras, arrumadeiras, lavadeiras, amas, passaram a ser contratadas não só por particulares, mas, também, pelos proprietários de bares, restaurantes, pensões e hotéis, cujos números cresceram exponencialmente.

Embora sempre controverso quanto a sua identificação enquanto *trabalho*, a prostituição avançou fortemente na cidade, proporcionando uma fonte regular de ganhos a que muitas mulheres se viram tentadas a exercer (MENEZES, 1992). Crivado de toda sorte de violência, o meretrício parece ter se ampliado principalmente como estratégia de sobrevivência para mulheres – nacionais ou estrangeiras – destruídas pela miséria e pela coercitiva estrutura social; ou para aquelas que, pela ocorrência de transgressão sexual, viam-se,

⁶ Sobre o tema, ver: Hobsbawm (1988, p. 283) e Perrot (1998, p. 99).

doravante, fortemente estigmatizadas a partir de preceitos morais de seus parentes ou de sua comunidade e, desta forma, impedidas de exercer qualquer outro ofício regular.

Acresce ainda o fato de que o universo da prostituição foi também perpassado por opressivas práticas de aliciamento e dominação masculina que, podendo até mesmo envolver familiares – pais, maridos –, impunham o meretrício às mulheres, escravizando-as, na prática, conforme é possível constatar dos casos trazidos pela crônica jornalística do período

Madame hoje desfruta uma vida regalada; melhorou de sorte, mas caiu do conceito publico porque protege, por especulação, o namoro da filha, de 17 anos, com um industrial casado... E a incauta senhorita está como um trocaz, sob a ação fascinante dessa serpente *boa*... Mas, isso é uma exploração torpe, é um proxenetismo que reclama a intervenção do pretor que protege as órfãs (*A Lanceta*, Manaus, 1914).

Tanto os serviços domésticos quanto o submundo do meretrício deixaram evidente como o viés étnico interferiu nos mundos do trabalho feminino colocando em polos opostos mulheres nacionais e estrangeiras, como é possível constatar, sem grande esforço, na documentação de época. No caso dos serviços domésticos, anúncios e propagandas nos jornais requisitando mão-de-obra feminina, por exemplo, dão conta dessa questão ao indicar com frequência um favorecimento às estrangeiras: “Precisa-se: de uma menina de 12 a 13 anos, para tratar de uma criancinha, na casa nº 8, rua Marcilio Dias. Prefere-se portuguesa ou espanhola” (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1904).

Os jornais cotidianamente também se referenciavam às prostitutas, invariavelmente de forma discriminadora e preconceituosa, embora a terminologia empregada pudesse variar de certa sutileza, em termos como “mulheres de vida alegre” à mais franca deselegância, como na nota de um diário da capital amazonense ao informar que “as autoridades do primeiro distrito prenderam ontem, em vários hotéis, nada menos de treze *vagabundas e desordeiras*” (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1913, grifo nosso). Embora a fonte jornalística também apresentasse frequentes segmentações entre prostitutas nacionais e estrangeiras, foi na fala do médico sanitário Samuel Uchôa, de 1923, que o preconceito com relação às prostitutas –

“mercadorias”, diz ele – de nacionalidade brasileiras, e, em especial, às mulheres da região, se explicitou de forma mais direta:

A crise amazônica, acarretou ainda esta consequência: expulsou as mercadorias estrangeiras, mais ou menos conscientes da necessidade de higiene, substituindo-as por desgraçadas paupérrimas e ignorantes, que a fome e a nudez forjam na escuridão. São pobres entes, rebotalhos das derradeiras vazas sociais que, rebocando em lama vêm espalhar germens de morte. (UCHOA, 1924, p. 101).

Voltando ao inventário das profissões, registre-se que as amazonenses também trabalharam no setor manufatureiro da economia, atuando em fábricas de confecções de roupas e de beneficiamento de produtos extrativos regionais, como a castanha do Pará. Neste último caso, a documentação fílmica de época, notadamente *O Paiz das Amazonas*, produzido em 1922 por Silvino Santos, permite a visualização do ambiente fabril, seus processos produtivos, suas hierarquias e seus mecanismos de controle.⁷ Como foi comum em todo o país, a baixa remuneração foi a tônica e uma das principais motivações para o patronato contratar força de trabalho feminina. Por vezes, seus ganhos funcionavam como mero complemento da renda familiar.

A expansão do emprego feminino promoveu, na sociedade manauara, reações diferenciadas. A aceitação ou a rejeição às novas profissões adotadas pelas mulheres estavam estreitamente relacionadas aos valores culturais da época. Portanto, no ensino primário, cuja participação feminina era vista como digna, pois o magistério podia significar não apenas um ganho de vida, mas uma atividade que contribuía para a educação familiar, em outros tipos de empregos, principalmente naqueles que se realizavam fora de casa e que envolviam o público masculino, a presença feminina era vista com ressalva e desconfiança. Disso resultou que a maioria das vagas no comércio, por exemplo, fosse preenchida por mulheres de famílias pobres, em que a necessidade de garantir ou complementar a renda familiar subordinava preceitos morais limitadores. Em grau mais acentuado, atividades ligadas ao universo noturno e ao mundo do entretenimento eram invariavelmente desqualificadas e consideradas amorais, sendo geralmente confundidas e/ou, de alguma forma, identificadas à prostituição. Como bem notou Margareth

⁷ O filme também registra diversas práticas de trabalho feminino em espaços rurais, como a coleta de ovos de tartaruga, o manuseio do tabaco etc.

Rago para o contexto paulista, operárias, costureiras, lavadeiras, doceiras, artistas e muitas profissões femininas “eram estigmatizadas e associadas a imagens de perdição moral, de degradação e de prostituição” (RAGO, 2001, p. 589).

Aliás, o preconceito também se evidenciava quando as mulheres ousavam abraçar profissões e atividades pertencente ao universo dito masculino – que, na época, só podiam ser aspiradas por mulheres das classes ricas e mais abastadas da sociedade amazonense – como na área do Direito, da Medicina e na imprensa. Em Manaus, farmácia e odontologia – esta última a profissão abraçada pelas citadas Marina e Honorina Moura – se constituíram num campo por onde enveredaram um número significativo de mulheres. Segundo Campos, em 1910, “dos 159 alunos matriculados no primeiro ano de funcionamento da Universidade, 20 eram do sexo feminino, uma porcentagem razoável de mulheres, dando preferência ao estudo da odontologia e farmácia” (CAMPOS, 2010, p. 99).

Em 1911, o Diário Correio do Norte dava vazão a todo o seu preconceito e escárnio em nota publicada na coluna “Aos Domingos intitulada de “cirurgião dentista”

Estão em vias de termino os exames da segunda época da Escola Universitária. Entre os examinandos figuram diversas senhoritas que se destinam a odontologia.

A proposito disto, ouvi de um amigo que só agora se dispunha a consertar a dentadura avariada. Até então tivera sempre o martírio do boticão dos dentistas de calças... Estava disposto a ser o primeiro cliente da primeira cirurgia dentista que aqui montasse gabinete, porque nada podia ser mais agradável e *chic* do que entregar a boca a habilidade de uma gentil senhorita, sentir-lhe, durante a operação, os efeitos sutis e embrigadores da respiração, sorrir-lhe o arfar do seio túmido, compreender a linguagem cariciosa dos seus olhos, aspirar-lhe o profundo estonteante da sua carne moça.

E assim por diante, o meu amigo desfiava um rosário de coisas... capazes de fazer chegar água a boca do mais pudico dos santarrões.

E eu estou de acordo com o meu amigo: nada como entregar a boca aos cuidados de uma cirurgia dentista... (Correio do Norte, Manaus, 1911).

GREVES E PROTESTOS DAS OPERÁRIAS DA FÁBRICA DE ROUPAS AMAZONENSE

Em Manaus, embora o setor manufatureiro tenha sido modesto, foi dele que veio o maior número de referências sobre manifestações promovidas

por mulheres, todas ocorridas na Fábrica de Roupas Amazonense, empresa inaugurada na cidade em 2 de outubro de 1910 e localizada na rua da Instalação. Segundo a imprensa amazonense, a fábrica era um empreendimento moderno, estruturada com linhas de montagem e movida à eletricidade. Portanto, aos moldes de muitos estabelecimentos que estavam sendo criados pelo país. A imprensa destaca que a fábrica era também um local onde o amazonense poderia comprar roupas prontas e elegantes. Há detalhada descrição de sua estrutura e funcionamento:

O pavimento onde funciona está dividido em três espaçosas salas, numa das quais se faz o corte da roupa, noutra a costura das diferentes peças e na última dá-se os últimos retoques, pregando as etiquetas, etc. Na sala de corte, vimos duas engenhosas máquinas de cortar panos, navalhas afiadíssimas que cortam mais de cinquenta calças de cada vez e onde delicado contramestre da fábrica nos mostrou e explicou o funcionamento de cada aparelho.

Passando depois para a sala de costura, encontramos cerca de trinta formosas patrícias ocupadas em costurar as diferentes peças que foram cortadas na antessala.

Como nas grandes fabricas de além-mar, cada operaria tem uma tarefa certa, passando cada calça ou cada dolman por quatro operarias, antes de ser passada para a banca de casear.

Ali três operarias fazem com uma rapidez de espantar as casas dos botões e pregam-os com uma máquina especial indo depois a roupa para a sala de acabamento. (*Folha do Amazonas*, Manaus, 1910).

No Brasil, em cidades como São Paulo e Rio de Janeiro, o trabalho feminino também teve um peso significativo na composição da classe trabalhadora da época e esteve igualmente concentrado no setor têxtil, de vestuário e toucador, onde mulheres e crianças recebiam parcos salários e trabalhavam em péssimas condições de higiene (HARDMANN; LEONARDI, 1991; MATOS, 1996; RAGO, 2001). A literatura sobre o trabalho feminino e as condições em que era exercido no Brasil é bastante adensada. Neles, geralmente encontramos a operária participando de mobilizações, passeatas e outros atos públicos, como as comemorações do 1º de Maio, além de também tomar parte em greves. No entanto, trabalhos que enfoquem especificamente a greve ou o associativismo feminino, mesmo que de forma indireta, é bem diversa, sendo ainda poucas as pesquisas relacionadas a essa temática, o que não significa que as mulheres brasileiras não tenham promovido greves, participado ou mesmo criado suas próprias associações.⁸

Refletindo sobre as greves promovidas pelas operárias francesas para o final do século XIX, Michelle Perrot informa que também foram realizadas, em sua maioria, pelo setor têxtil e de vestuário – onde as mulheres eram

⁸ Podemos citar como exemplos de trabalhos que incorporaram o tema da greve e/ou do associativismo feminino: Matos e Borelli (2012, p. 126-147); e Fraccaro (2016).

predominantes – e que tiveram uma participação bem menor que a masculina no conjunto do movimento operário francês. Segundo a autora, suas motivações, mobilizações e demandas eram, em grande medida, por ganhos salariais, não se observando, “nem sombra de uma invocação ‘feminista’ pela igualdade dos sexos” (PERROT, 1998, p. 158). Acrescenta ainda que, nesses momentos, elas tendiam a mostrar-se legalistas, chegando ao ponto de solicitar, em alguns momentos, permissão das autoridades constituídas para se colocarem em greve.

Contribuía ainda para esse caráter aparentemente conservador das greves femininas o papel que a sociedade da época conferia às mulheres como guardiãs da família, da moral e dos bons costumes (PERROT, 1998). Frágeis, indefesas, passivas por “natureza”, a identidade feminina emergia conformada por uma visão masculina de mundo que, por óbvio, influenciava também na forma como eram percebidas como trabalhadoras. Com isto, fazendo com que a identidade operária estivesse

intimamente ligada à identidade de gênero; isso significa que para as mulheres operárias a conduta socialmente aceita estava impregnada dos cânones da época, definidores da “feminilidade”. Das operárias esperava-se e exaltava-se a graça, a delicadeza e a manifestação pública da forma socialmente aceita como “feminina”. (BILHÃO, 2008, pp. 10-11).

A primeira greve produzida por essas trabalhadoras ocorreu em 1911, ano particularmente importante para o trabalhador manauara, já que marcado pelo surgimento de novas associações e sindicatos. Aquele foi um momento em que se pode observar a crise da economia gumífera se materializando e produzindo ações que começaram a atingir diretamente os trabalhadores, principalmente através do desemprego, da diminuição dos salários e da carestia de vida. Nesse sentido, a cidade foi se tornando palco de inúmeros protestos e de greves deflagradas pelo amplo espectro do operariado local: peixeiros, estivadores, motoristas e condutores de bondes, pescadores, carroceiros, entre outros (PINHEIRO e PINHEIRO, 2017).

Foi nesse conturbado ambiente de insatisfações e tensões que as costureiras da fábrica de roupas se colocaram em situação de tensão e conflito com o patronato e promoveram uma greve por motivos salariais, chamando a atenção da população e ganhando manchete nos jornais da cidade: “As operárias da Fábrica de Roupas levantam-se em greve pacífica, reclamando

seus direitos” é a matéria de primeira página de um deles (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1911). Pela fala do periódico, pode-se perceber que elas tinham uma jornada de trabalho de nove horas por dia, em média, e que, na ocasião, tiveram seus salários reduzidos, sendo este o motivo pelo qual cruzaram os braços em protesto. Ao acompanhar o noticiário jornalístico, fica claro que a greve contou com a simpatia da imprensa local:

Como é do domínio público, estão em greve as operarias da Fábrica de Roupas. O direito da greve é já uma coisa amplamente reconhecida e, no caso em questão, se justifica por todos os motivos.

As operárias da aludida fábrica tinham, antigamente, por dia, durante o qual trabalhavam 9 horas, 3 mil reais.

O novo gerente da fábrica achou que essa quantia era avultada e diminuiu o ordenado das empregadas de 90\$000 mensais para 70\$000.

Há de convir conosco o senhor gerente da Fábrica de Roupas que as moças que trabalham sob a sua administração estão na defesa de um direito sagrado. O ato de s.s. deve ser reconsiderado.

Estamos certos de que ouvirá a palavra da imprensa, depois de meditar bem sobre a questão. (*Correio do Norte*, Manaus, 1911).

Infelizmente, não conseguimos acompanhar o desfecho do movimento grevista, uma vez que não encontramos outras informações sobre o mesmo; e, até os periódicos que inicialmente mostraram-se interessados e posicionaram-se na defesa das operárias, silenciaram sobre o transcorrer da greve. O que foi possível constatar, no entanto, foi o fato de a mesma fábrica, menos de três meses após o ocorrido, ter sido vendida ao empresário Cunha & C. pelo seu então proprietário B. Levy & C. (*Jornal do Commercio*, 1911).

Ao que tudo indica, as tensões permaneceram latentes, uma vez que, já no ano seguinte, as operárias daquele estabelecimento ressurgem na imprensa amazonense por ocasião da deflagração de uma nova greve. Sob a nova direção de Cunha & Comp., a fábrica havia aumentado substancialmente o número de costureiras, passando das 33 existentes em 1911, para 56. Em 14 de novembro daquele ano, elas entraram novamente em greve.

A partir das poucas e fragmentárias informações, pode-se constatar que o movimento se articulou em torno da demissão do gerente do estabelecimento, que, segundo as operárias, sofria constantes maus tratos por parte de um dos sócios da empresa. Tratava-se, portanto, de uma greve

pacífica e de solidariedade.⁹ Com ar de perplexidade, alguns jornais locais noticiaram a greve destacando-a como uma novidade. Tratava-se, segundo eles, de uma greve do “*belo sexo*”. A greve era apresentada como pacífica e ordeira trazendo para o mundo do trabalho um importante diferencial, de acordo com o periódico:

A causa não foi, como sucede nas ‘greves’ masculinas, de interesses pecuniários: não se cogitou de aumento de salário, nem tampouco da diminuição de horas de trabalho. Espírito altruístico e equitativo, moveu a mulher operária um protesto contra uma injustiça, porque foi atingido Tenreiro Junior, gerente do estabelecimento. Motivou esse ato desinteligências ocasionadas entre esse empregado e o sócio da fábrica, José do Rosario. Diversas costureiras, inqueridas por nosso repórter, declararam que Rosario tratava por vezes a Tenreiro muito grosseiramente, sendo este um funcionário probo e trabalhador. (*Jornal do Comercio*, Manaus, 1912).

Na mesma ocasião, um periódico da cidade informava que as costureiras elogiavam o gerente como um homem honrado e trabalhador, que as tratava muito bem no ambiente de trabalho e que não arredariam pé de sua reivindicação (*O Norte*, Manaus, 1912). Assim, no dia seguinte, a imprensa informava que a greve daquelas trabalhadoras estava terminada e que, “plenamente satisfeitas, as operárias da fábrica Amazonense voltarão amanhã ao trabalho [...] brandindo modestamente o pendão dessa vitória adquirida sem nenhum estardalhaço” (*Jornal do Comercio*, Manaus, 1912).

A greve foi apresentada como altruística, pacífica e ordeira, contra uma injustiça, não a si, mas a outrem, fazendo com que este componente – o senso de justiça – fosse o elemento diferenciador das greves femininas frente às masculinas. Ao assim argumentar, o periódico esquecia – ou omitia intencionalmente – que apenas um ano antes, em 1911, essas mesmas operárias haviam promovido uma greve motivada pela redução de seus salários.

Em que pese o fato de as greves femininas terem sido vistas tradicionalmente como possuidoras de um caráter conservador e moderado,

⁹ Greves deste tipo ocorriam em Manaus: quando em 1911, os estivadores paralisaram suas atividades reivindicando aumento salarial, regulamentação da jornada de trabalho e auxílio patronal em casos de acidentes, receberam a adesão dos seus companheiros de associação, os carroceiros, que iniciaram também uma greve de solidariedade em apoio aos estivadores. O mesmo fizeram os trabalhadores da Manãos Improvement Limited, empresa inglesa ligada ao serviço de água e esgoto da cidade.

as paredes entabuladas pelas operárias da fábrica de roupas em Manaus tornam necessário ponderar sobre essa questão. Como salientou Michelle Perrot, as greves femininas na França se mostraram em franca oposição ao perfil apresentado nas representantes do “belo sexo”, sendo a própria terminologia empregada na época um bom indicativo de como as mulheres – e mesmo trabalhadoras em greve – foram tradicionalmente percebidas pela sociedade da época: suaves, discretas, pacíficas, ordeiras, frágeis, indefesas. Eram também vistas como ingênuas e “carentes de consciência política”, sendo esta percepção fácil de ser detectada não apenas na imprensa diária, mas também na – masculina – imprensa operária e o próprio movimento operário, que contribuíram para a construção dessas imagens.

É importante asseverarmos a legitimidade das demandas por elas entabuladas nessa greve, mesmo que suas reivindicações, nesse momento, fossem diferentes ou divergentes das pautas salariais e/ou políticas no universo do operariado amazonense. Como enfatiza Perrot, ser operária era uma atividade que não se coadunava com o perfil estabelecido de feminilidade, embora fosse um “mal” que se fazia necessário aceitar. Fazer greve, envolver-se com práticas então associadas a homens turbulentos, era, para o sexo feminino, verdadeira ousadia, que podia, inclusive, colocar em risco a reputação das “mulheres honestas” que dependiam do trabalho e, talvez por isso, fosse melhor deixar caírem no esquecimento (PERROT, 1998).

A greve de 1912 serviu também de mote para que o *Jornal do Commercio* fizesse alusão ao movimento sufragista que estava em curso nos Estados Unidos, na Europa e, também, em algumas capitais brasileiras. Neste particular, a imprensa amazonense externou posição de franca preocupação e mesmo de reprovação àquelas demandas e práticas:

Não sabemos ao certo se as ideias revolucionárias das terríveis e turbulentas sufragistas chegaram a se inculcar no espírito pacato e ordeiro da mulher brasileira. O feminismo, em verdade, é coisa quase completamente esquecida entre nós, principalmente nestas terras das Amazonas, se bem que já possamos contar associações femininas que têm postulado relevantíssimos serviços à causa pública. Tais associações não têm, entretanto, fins políticos de qualquer natureza. (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1912).

É possível que o suposto caráter conservador das greves femininas em Manaus, assim como ocorreu na França e em tantos outros lugares no final do

século XIX, tenha relação com o fato de que as ideias feministas ainda não tivessem atingido os estratos mais baixos da população e do mundo operário feminino amazonense, continuando a ser “um movimento burguês, sem audiência entre as operárias” (PERROT, 1998, p. 162). Tal constatação nos vem, principalmente, de indícios colhidos nas páginas dos periódicos locais ou de exemplos, como o do Grêmio Familiar Amazonense, criado em 1908 – e de seu próprio jornal, *O Grêmio*, veiculado no ano seguinte – que, por meio de suas publicações, demonstrou estar distante do universo da classe trabalhadora da cidade, representando bem mais claramente as mulheres designadas como pertencendo às “boas famílias” da capital amazonense, termo quase sempre perpassado pelo recorte de classe, a significar integrantes dos grupos hegemônicos do ponto de vista político e econômico. Talvez por isso não se encontre qualquer indício, no material localizado sobre esta agremiação, que faça alusão ao mundo operário.

Outro momento em que localizamos as operárias da Fábrica de Roupas Amazonense em movimento foi em 1913, ano de profunda inquietação e insegurança para a população de Manaus e também para as operárias daquela fábrica. Manaus, nesse momento, continuava enfrentando a forte crise econômica provocada pela queda dos preços da borracha no mercado internacional, o que havia levado à falência não apenas inúmeras firmas comerciais e industriais, como também colapsou o funcionalismo e o serviço público, com a falência quase geral dos principais serviços, como água, luz e transporte.

A crise se manifestou também no fechamento de inúmeras casas aviadoras e comerciais, impactando diretamente a vida das classes populares, pois a oferta de emprego diminuiu, enquanto o custo de vida aumentou e o preço dos alimentos básicos, como o pão e a farinha, ficaram caros, tornando os que necessitavam trabalhar presas fáceis do desemprego, das doenças e da indigência. Isso significou, para os trabalhadores, a necessidade de lutar por seus salários e contra o constante atraso nos seus pagamentos; ou, ainda, pela manutenção de seus empregos, o que acabou por ser o caso das operárias da fábrica de roupas.

Temos asseverado que o período desde os anos iniciais da crise da economia gumífera na Amazônia, por volta de 1910, até o início da Primeira Guerra Mundial foi caracterizado por intensa tentativa de organização e de

luta dos trabalhadores, com o avanço de práticas de enfrentamento mais próximas do sindicalismo revolucionário, perceptíveis tanto na greve dos gráficos, de 1914, quanto na criação e circulação daquele que logo se tornou um dos mais importantes jornais da imprensa operária amazonense, o *A Lucta Social*.¹⁰

Tal situação pode também ser aferida a partir de discursos veiculados por parte de importantes diários daquele Estado. *O Amazonas*, por exemplo, que se apresentava como “Órgão do Partido Republicano Liberal”, criou uma coluna específica para falar “ao operariado”, demonstrando estar preocupado com a desorganização que, segundo informava, grassava no interior da classe trabalhadora manauara:

A feição nova desta coluna, que se irá refletir em todas as classes trabalhadoras, afetará, nos seus aspectos, os interesses de todos os operários, do artista mais classificado nas oficinas ao mais obscuro aprendiz, do estivador ao carreiro, do vendedor ambulante ao engraxate.

Quem oporá séria contradita a dura verdade de que o operariado em Manáos é uma grande força dispersa, um grande infelicitado pelas opressoras conveniências do capitalismo, um grande corpo sem cabeça?

Há urgente necessidade de uma harmonia construtora que atravessasse as camadas proletárias e as anime à organização. Noutras capitães do Brasil e em todas as cidades civilizadas do mundo o operariado se vae tornando uma potência que tem causado temores as próprias dinastias poderosas como a chefiada pelo czar de todas as Rússias. A ideia social já não é apenas um mito, como há cem anos antes. O socialismo progride, o sindicalismo se estende, a questão social, propriamente dita, toma gigantescas proporções em todo o universo, ameaçando destruir as últimas trincheiras do capital tornado polvo.

Em todas as capitais brasileiras cultiva-se a solidariedade operaria. Em Manáos, porém, exceptuando-se a laboriosa classe gráfica, que tem uma associação beneficente, as outras facções operarias mantêm-se em lamentável dispersão, numa atonia que se não classifica.

Tem havido, realmente, tentativas promissoras de organização, mas, sem resultado positivo, digno de registro notável. Nessas tentativas, porém, tem havido erros difíceis de corrigir. (*O Amazonas*, Manaus, 1913).

O fato de tal preocupação emergir em um jornal diretamente vinculado aos interesses do poder econômico abre a possibilidade para muitas especulações, mas, por si só, não parece configurar uma tentativa de aparelhamento das classes trabalhadoras, embora isso não se descarte. Por

¹⁰ O periódico, criado em 1914, era produzido por gráficos de orientação anarquista e teve como seu principal idealizador e redator o português Tércio Miranda.

outro lado, pode ter sido uma demonstração eloquente do nível de degradação a que chegaram as condições de vida da classe trabalhadora amazonense, em função da decadência da borracha. No extremo, também reflete algum temor diante do avanço de suas mobilizações e de sua organização na cidade de Manaus naquele momento. Neste particular, há que se pensar também na possibilidade de a nota refletir mais diretamente o (alto) nível de debate e organização alcançado pelos gráficos – naquele momento convergindo para o sindicalismo revolucionário –; e de, assim, demonstrar alguma capacidade de negociar e/ou infiltrar junto à redação do jornal conteúdos de sua pauta organizacional.¹¹

Seja como for, no mês seguinte à matéria, as operárias da fábrica de roupas deram início a uma ampla mobilização visando chamar a atenção dos poderes públicos e da sociedade em geral para o iminente fechamento da fábrica e, com ela, a perda de seus postos de trabalho. Criaram comissões, espalharam boletins pela cidade e visitaram associações patronais e de trabalhadores buscando solidariedade para reverter, de alguma forma, a situação falimentar da Fábrica Amazonense, uma vez que esta se dizia fortemente atingida pela ação extorsiva da empresa americana concessionária do serviço de energia elétrica – a Manáos Tramways and Lights –, que não apenas majorava os valores de seus serviços, como também passou a ameaçar de corte os populares e as firmas que se encontravam inadimplentes. Foi diante deste quadro que o movimento das operárias se pôs em marcha em mais uma mobilização inusitada na capital amazonense, uma vez que, não contra o patrão ou a fábrica, mas contra a concessionária dos serviços públicos, suas práticas e taxas extorsivas. Em documento divulgado a sociedade amazonense elas se posicionam

AO PUBLICO

Acabamos de saber que, em vista da teimosia da Companhia da Luz, não atendendo ao pedido de abatimento sobre o preço da energia

¹¹ À luz dos eventos posteriores, essa ideia não parece descabida. Já em fevereiro de 1914, era anunciada na cidade o lançamento do jornal *A Lucta Social*, que, lançado à 29 de março, fazia a propaganda do sindicalismo revolucionário em Manaus, tendo à frente o artista gráfico português Tércio Miranda. Em 1º de setembro de 1914, os gráficos do jornal *O Amazonas*, abandonaram a redação e iniciaram aquela que foi a mais importante greve até então promovida pela categoria na capital amazonense. Com a união do segmento patronal, a greve fracassou e levou à demissão em massa dos trabalhadores envolvidos. Como reação direta, os gráficos demitidos tomaram a decisão de editar um jornal operário – *A União* – por onde buscaram denunciar a violência e o arbítrio de seus empregadores e reforçavam a necessidade de maior organização e união da categoria.

elétrica que se gasta na fábrica, estamos sem serviço de segunda-feira em diante, por ter a firma proprietária resolvido assim proceder devido às enormes dificuldades com que vêm lutando para dar-nos pão e trabalho.

Manaus, 10 de agosto de 1913. (*O Tempo*, Manaus, 1913).

Fica evidente que, naquela mobilização, os patrões emergem no cenário do conflito como aliados, também eles “lutando” por seus interesses e para dar a suas operárias pão e trabalho (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1913). De fato, a empresa de roupas também se posicionou, em apelos similares, corroborando o argumento das trabalhadoras quando afirmavam que cerca de trezentos familiares seus ficariam “a sofrer as torturas da fome”, uma vez que eram sustentados com os salários por elas recebidos.

Seguiu-se, na cidade, um movimento de ampla solidariedade, a envolver parte das associações classistas e da imprensa, sendo criada uma comissão sindicante formada por representantes da Associação dos Empregados do Comércio, do Núcleo Ginásial, da União Acadêmica, do Centro Agrônômico e da Sociedade das Artes Gráficas. Falando em nome desta última, Leite Bisciais declarou “estar o operariado solidário com a causa das obreiras da Fábrica de Roupas, e não ao lado dos industriais exploradores” (*O Tempo*, Manaus, 1913), o que revelava um certo desconforto com a situação e um temor que as operárias da fábrica de roupas estivessem sendo manipuladas e utilizadas por seus patrões em proveito próprio, o que, obviamente, fazia bastante sentido.

Ancorada em largo ressentimento da população local contra as concessionárias dos serviços públicos, a mobilização resultou em acordos que garantiram a manutenção do empreendimento fabril por mais um ano, conforme anunciado pela comissão de negociação. Em documento publicizado pela imprensa, a comissão esclareceu as bases do acordo com a *Manáos Tramways and Lights* e informou que não foi somente o excessivo preço cobrado pela energia elétrica o motivo da fábrica estar no vermelho, como também motivos “mais poderosos”. Outra informação importante prestada no documento, e que parecia dirigir-se às organizações operárias que expressaram desconfiança frente à manifestação, afirmava que as operárias agiram unidas, de comum acordo e de forma independente: “fizeram-no por interesse próprio, espontaneamente, uma vez que se tratava de uma causa simpática a toda gente” (*O Tempo*, Manaus, 1913).

AS OPERÁRIAS AMAZONENSES E AS COMEMORAÇÕES DO PRIMEIRO DE MAIO

Seja como for, as operárias da Fábrica de Roupas Amazonense não se fizeram presentes nos noticiários da imprensa apenas pela greve ou luta pela manutenção de seus empregos; estiveram presentes também nas celebrações de 1º de Maio, o que evidencia de forma bastante clara um desejo de vinculação e participação no movimento mais amplo da classe operária amazonense. Em boletim que elaboraram e distribuíram pela cidade, apresentaram uma programação e cronograma de como, quando e onde seriam os festejos daquele dia especial. De fato, logo nas primeiras horas da manhã, tendo à frente a banda de música de um batalhão militar, saíram elas em passeata pelas principais ruas da cidade, visitando jornais, distribuindo brindes e fazendo discursos de agradecimentos:

Das nossas oficinas de costura, onde colaboramos para o engrandecimento da indústria amazonense, conduz-nos até às oficinas gráficas do jornal de v. ex., o sentimento puríssimo da gratidão pelo que o *AMAZONAS* já tem feito pela nossa grande causa, que é também a da prosperidade de um dos ramos vitais do progresso do Amazonas.

Às operarias da Fábrica de Roupas Amazonense, Exmo. Sr. Diretor, basta que uma voz se levante em seu benefício, que um órgão da imprensa se ponha desinteressadamente ao lado de sua causa, para que todas, unidas, que são por um só ideal, venham agradecer a sinceridade dos conceitos e a espontaneidade da defesa.

O nosso agradecimento ao *AMAZONAS* feito no dia memorável para o operariado de todo o Universo, quer dizer que continuamos a guardar, esperanças, a memória de mais um nobre feito da imprensa, certas de que ele se refletirá em outros, sempre em benefício das classes proletárias, de que nós somos reduzida parcela no operariado amazonense.

Certas de que estará o jornal de V. Exa. sempre ao lado das grandes causas, como a nossa, somos de V. Exa.

Pelas operarias, a comissão promotora da homenagem,
Maria Coelho de Sousa.

Possidonia Coelho de Souza.

Roza de Jesus del Aguila.

Maria da Silva Jatahy. (*Amazonas*, Manaus, 1913).

A mesma matéria de jornal informa ainda que, em passeata, visitaram a Escola Universitária Livre de Manaus, o médico da fábrica onde trabalhavam e o estabelecimento *Pai da Pátria*, onde funcionava a firma do proprietário da fábrica de roupas; e, à tarde, após uma “sessão cívica”, fizeram um passeio em

bonde reservado pela cidade. À noite, seguiram juntas em *marche aux flambeaux*¹² para o cinema *Politeama*, onde discursou o Dr. Araújo Lima, renomado médico na cidade. Logo depois, assistiram a uma sessão cinematográfica. Finalizaram as comemorações no espaço da própria fábrica, com direito a música tocada pela banda militar do Estado, cedida “por uma gentileza cativante” do governador (*Amazonas*, Manaus, 1913).

Buscar, em tais momentos, estreitar relações com autoridades e com a imprensa foi sempre uma estratégia comum do movimento operário daquele período e podia, eventualmente, traduzir-se em apoios nada desprezíveis, como parece ter ocorrido no caso do enfrentamento com a concessionária norte-americana de energia. É interessante observar também que as comemorações promovidas em prol do 1º de Maio na cidade foram feitas por poucas agremiações, algumas delas de forma individual e separada. Ao contrário das comemorações efusivas promovidas pelas operárias da fábrica de roupas, a Sociedade das Artes Gráficas, por exemplo, organizou uma sessão solene para o operariado; e os acadêmicos da Escola Universitária Livre de Manáos, usaram o dia para fazer uma recepção aos novos acadêmicos da escola. Os periódicos locais não fazem referência a outras comemorações que possam ter acontecido naquele ano.

Já nas comemorações do 1º de Maio de 1914, nas quais as operárias da fábrica de roupas também participaram, temos indícios de avanços no processo de composição e conscientização operária no Amazonas, informação que pode ser filtrada principalmente pela organização do evento e pela forma de comemorá-lo. Uma primeira constatação era a de que havia contradições internas, tensões e rugas no interior do movimento. Assim, em uma matéria veiculada pelo jornal *A Lucta Social*, comentou-se que: “Apesar de várias dissensões havidas, (injustificadas, porém), entre as classes trabalhadoras, o proletariado amazonense deu provas de que estuda as questões sociais, conhecendo perfeitamente os seus deveres e, não deixando postergados os seus lídimos direitos” (*A Lucta Social*, Manaus, 1914).

Foi criado um *comitê* específico para organizar o evento, mas foram mantidas as comemorações individuais organizadas pelas diversas associações de classe, definindo-se pela realização de uma passeata conjunta

¹² Tradicional desfile festivo noturno no qual os participantes levam às mãos tochas e/ou lanternas coloridas.

que passasse por pontos específicos da cidade, onde fariam paradas para discursos que relembassem os motivos que deram origem ao 1º de Maio e também para uma reflexão sobre a situação da classe trabalhadora amazonense. De acordo com a pauta previamente definida, saíram em cortejo pela cidade, iniciando o percurso pelo Largo de São Sebastião, onde um dos oradores, o tipógrafo e socialista espanhol Joaquim Azpilicueta, falou para os manifestantes. Azpilicueta fez

um resumo histórico, não só da data 1º de Maio como também externando-se maravilhosamente sobre a situação social, do operariado geral e em particular do operariado amazonense. Verberou com frases lógicas e sinceras o procedimento dos patrões em todos os ramos do trabalho, mostrando a ambição e falta de escrúpulos destes no sentido desmedido de exploração a seus empregados que, além de serem mal retribuídos no fim das quinzenas e semanas, não recebiam os salários, passando enorme vicissitudes. (*A Lucta Social*, Manaus, 1914).

Findo o discurso, a manifestação seguiu o cronograma traçado, caminhando em direção à Federação Marítima, e, de lá, seguiram pela Av. Eduardo Ribeiro – a mais importante da cidade – em direção à rua da Instalação, onde funcionava a Fábrica de Roupas Amazonense, momento em que o tipógrafo anarquista português Tércio Miranda faz um pronunciamento de uma das janelas superiores da fábrica. Na reportagem realizada pelo jornal que dirigia, o periódico fez também referências a um discurso proferido pela operária Cecília Miranda, no qual ela “hipotecava a solidariedade de sua classe ao operário irmão”:

[...] detendo-se em frente a pequena bastilha denominada Fábrica de Roupas Amazonense, onde as operárias d'aquela indústria receberam os seus companheiros de trabalho como outrora os cristãos o fizeram a Jesus, cobrindo a rua com aromáticas flores, que também derramaram sob as cabeças do operariado, desde o alto do edifício, orando em seguida a operária Cecilia Miranda que leu um belo discurso no qual hipotecava a solidariedade de sua classe ao operário irmão em luta e em sacrifício. [...] o acadêmico Euclides Bentes [...] saudando as operárias da Fábrica e convidando-as a seguirem no préstimo dos trabalhadores, pois que elas também eram exploradas! [...]. Uma voz fez-se ouvir então, e, de repente, a multidão operária desfilava levando na vanguarda o grupo de operárias da fábrica, em direção ao teatro Alcazar [...]. (*A Lucta Social*, Manaus, 1914).

O movimento teve seu encerramento no Teatro Amazonas, com a posse dos novos membros que comporiam a diretoria da Federação Marítima.

Ocorrido no espaço mais luxuoso da cidade e contando com a participação de autoridades importantes, o evento não agradou a muitos dos trabalhadores, que chegaram a classificar a festa como “burocrática”. Tércio Miranda criticou de forma contundente a atitude política da *Federação Marítima*, pois, em seus termos, o 1º de Maio era dia de luta contra o capitalismo e os trabalhadores deveriam buscar formas autônomas de organização, afastando-se da manipulação do patronato e de “certos políticos arregimentadores de operários”. Voltava assim, na fala dissonante de Tércio, o temor recorrente da cooptação e manipulação:

Tercio Miranda que ali se encontrava por convite da Federação, fez uso da palavra; lamentando bastante que aquela reunião fosse a antítese da causa operária. Não se devia confundir – acrescentou o orador, a data do 1º de maio; ela não era de festa nem de música nem de regozijos vãos –, mas sim de revolta, de protesto à tirania dos governos que assassinaram impunemente os nossos camaradas de Chicago, por terem eles a ombridade de reclamar a *jornada de oito horas*. (*A Lucta Social*, Manaus, 1914).

O embate travado por Tércio Miranda ia além da Federação Operária, estendendo-se a todas as agremiações de trabalhadores da cidade marcadas por perspectivas políticas reformistas, dentre elas as de beneficência. De qualquer forma, aquela liderança saudava o aparecimento da entidade como um fato importante se eximindo de maiores críticas. Nesse momento específico, uniram-se, mesmo com todas as divergências, em nome da manutenção e da unidade da classe trabalhadora.

Seja como for, um dos pontos que claramente chama atenção na imprensa operária amazonense, à exceção de um número pequeno de registros, é o fato de ela ignorar a presença e a condição feminina no interior da classe trabalhadora da capital amazonense, como outrora chamara a atenção Alfredo Vasconcelos Lins, presidente do efêmero Centro Operário em Manaus, de 1905, que denunciava posturas autoritárias e abusivas do patronato (*Jornal do Commercio*, Manaus, 1904).¹³

AS TRABALHADORAS AMAZONENSES E O MOVIMENTO ASSOCIATIVO

¹³ Lins denunciava as práticas patronais de sedução e assédio contra mulheres, dizendo que elas grassavam no interior das fábricas e escritórios.

Resta-nos refletir como se comportavam as operárias amazonenses neste panorama mais amplo do quadro político-ideológico local, mesmo que este ainda não seja o momento no qual se tenha a possibilidade de avançar proposições seguras. Assim, a primeira observação a ser feita é a de que, para a capital amazonense, não se localizou, até o momento, qualquer fala feminina quanto à questão, da mesma forma como também não se conseguiu encontrar qualquer associação de operárias para o período estudado. Mais ainda, não se encontrou registros seguros que as localizasse no interior das associações de trabalhadores em Manaus.

Sabe-se, todavia, que, em centros mais dinâmicos da sociedade brasileira, essa tensão também se materializou, embora com gradações diferenciadas. Há pesquisas e registros que têm demonstrado a capacidade das mulheres de combaterem as adversidades encontradas, inclusive organizando-se em associações e sindicatos, como fizeram as costureiras para São Paulo, criando, em 1905, a União das Operárias Costureiras; em 1906, a Liga de Resistência das Costureiras; e, em 1908, o Sindicato das Costureiras (MATOS; BORELLI, 2012).

Gláucia Fraccaro, ao analisar a participação das mulheres nos sindicatos e organizações políticas durante as greves de 1917, buscou demonstrar que, em São Paulo, o “movimento operário contou com grande número de trabalhadoras em suas fileiras”, embora também tenha constatado sua pouca participação nas entidades organizativas. De qualquer forma, a autora salienta que isso “nem sempre configurou uma total indiferença de gênero nas barganhas coletivas” entabuladas (FRACCARO, 2017, p. 73). Além do mais, argumenta que, para entender-se corretamente a baixa sindicalização da mulher e resgatar seus interesses e lutas, é preciso adentrar suas especificidades, indo além das barreiras de gênero, compreendendo que não eram exceção no movimento operário. É preciso perceber, diz ela, “suas pautas específicas e a forma como essas reivindicações se inseriam na atuação política mais ampla da classe. É preciso, também, verificar como as tensões do movimento de trabalhadores e a vida política, em São Paulo, afetaram a busca pelos direitos das mulheres”. (FRACCARO, 2017, p. 4).

O que encontramos na documentação para Manaus foram basicamente mulheres pertencentes aos segmentos mais abastados da

sociedade criando ou participando de associações – Grêmio Familiar Amazonense, Liga Protetora da Pobreza, Sociedade das Senhoras de Caridade etc. –, integradas e dirigidas por mulheres, mas sempre ligadas à benemerência ou ao assistencialismo frente aos pobres; além de uma ou outra agremiação esportiva.¹⁴ Instituições como estas começaram a se multiplicar na cidade, principalmente a partir do incremento populacional provocado pela expansão da economia de exportação da borracha.

Como ocorreu em outros espaços do país, as operárias amazonenses também encontraram resistências diversas por parte da sociedade, sendo inclusive rejeitadas por seus colegas trabalhadores na ocupação de determinados postos de trabalho. O periódico *O Constructor Civil*, pertencente à importante Associação de Classe das Quatro Artes da Construção Civil, publicado em 1920 em Manaus, é ilustrativo do pensamento que grassava em grande parte do operariado amazonense – o medo da subversão dos papéis de gênero. Em artigo intitulado “a proletária e o feminismo”, os produtores do jornal deixam claro o incômodo causado pelas novas demandas colocadas pelas mulheres

A moderna aspiração da mulher que quer adquirir o chamado direito de voto, em modificar o processo do casamento, aplaudindo o problema do divórcio e bem assim concorrer às funções públicas para cargos puramente masculinos, agora outras pretensões de somenos é o que constitui o feminismo. O eterno e incontestado prestígio da mulher sobre o homem fez que este também se vá, sem reflexão, imbuindo-se dessas ideias, colaborando-lhes nos desejos e concorrendo assim, para a expansão, até certo ponto prejudicial dessa aberração do século. Há, pois, uma grande massa de mulheres ancestralmente arredias a corrupção moderna do feminismo depravado. São as verdadeiras proletárias para as quais a propaganda [do feminismo], nesse sentido, só lhes poderá causar indiferença ou repulsa. (*O Constructor Civil*, Manaus, 1920).

As operárias da Fábrica de Roupas Amazonense tinham clareza de que, no conjunto do operariado local, se constituíam em “reduzida parcela”. Embora não organizadas em sindicatos ou associações próprias, fizeram uso de outro tipo de estratégias, como durante a greve de 1912, na qual compuseram uma comissão e foram em busca de apoio de associações e jornais. Estratégias como essas de pedir apoio da imprensa e auxílio de

¹⁴ Já em 1884, temos referência à publicação do jornal *Abolicionista do Amazonas*, primeiro jornal produzido por mulheres, que lutou pela libertação dos escravos no Amazonas. (PINHEIRO, 2015).

associações e sindicatos não foram artifícios usados estritamente pelas mulheres no mundo do trabalho amazonense. Em Manaus, os estivadores, por exemplo, souberam se beneficiar da imprensa, de autoridades e políticos influentes em prol de suas greves e demandas; associaram-se a outras categorias, como os carroceiros, para fortalecer o movimento; e ainda elegeram um comerciante presidente de sua associação, em 1911, por acreditarem ser estratégico naquele momento.

Práticas como as descritas, embora condenadas por parte do operariado brasileiro e local, não podem ser esvaziadas de seu conteúdo político e também de sua eficácia. Embora as operárias amazonenses pareçam jamais ter esboçado qualquer enlevo revolucionário, suas estratégias de luta não deixaram de ter legitimidade, uma vez que visavam à própria sobrevivência por meio da manutenção de seus salários e empregos. Estratégias de negociação e de mediação foram largamente empregadas por outras categorias de trabalhadores no mesmo tempo e espaço. Precisamos olhar para essas mulheres a partir das possibilidades e perspectivas – assim como dos limites – que se colocavam para elas e à luz de suas demandas, no interior da sociedade e do próprio movimento operário.

CONCLUSÃO

Seja como for, é certo que muitas das questões que envolvem o tema da mulher na cidade de Manaus e seu complexo relacionamento com os mundos do trabalho terão ainda que aguardar um avanço mais efetivo da pesquisa acadêmica sobre o tema, que deve passar, necessariamente, por um esforço de investigação de arquivos e acervos, locais e nacionais, capazes de fazer emergir novos registros documentais. Além do mais, é preciso ter em conta que a própria história dos primórdios do sindicalismo e da organização operária no Amazonas há pouco começou a dar frutos e, em que pese os avanços já alcançados, ainda carece dos mesmos aportes. Em paralelo, será necessário agregar novas inquietações e perguntas ao inventário de questões que os historiadores e historiadoras têm lançado ao passado, com a certeza – mais que mera esperança, portanto – de que, ao assim proceder, resultados relevantes surgirão e contribuirão para diminuir cada vez mais os silêncios que ainda recobrem as experiências históricas das mulheres amazonenses.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, V. **Mulheres no Novo Século**: a condição feminina no Amazonas, 1900-1910. Um olhar a partir das representações da Imprensa Amazonense. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2014.

BATALHA, C. H. M. Formação da Classe operária e projetos de identidade coletiva. In: FERREIRA, J.; DELGADO, L. A. N. (Orgs.). **O tempo do liberalismo excludente**: da Proclamação da República à Revolução de 1930. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. pp.161-189.

BILHÃO, I. A. Mulheres operárias na Porto Alegre da virada do século XIX-XX. In: Encontro Estadual De História, IX. **Anais...** Porto Alegre: ANPUH-RS, 2008. p. 10-11.

BRUNS, E. B. **Manaus, 1910**: retrato de uma cidade em expansão. Manaus: Governo do Estado do Amazonas, 1966.

CAMPOS, L. M. D. **Trabalho e emancipação**: um olhar sobre as mulheres de Manaus, 1890-1940. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2010.

CARREY, E. **Os revoltosos do Pará**. Lisboa: Typ. do Futuro, 1862.

CRUZ, H. F.; PEIXOTO, M. R. C. Na oficina do historiador: conversar sobre História e Imprensa. Projeto História, n. 35, pp. 253-270, 2007.

DIAS, M. O. L. S. **Quotidiano e poder em São Paulo no século XIX**. São Paulo: Brasiliense, 1995.

FRACCARO, G. C. C. **Os direitos das mulheres**: organização social e legislação trabalhista no entreguerras brasileiro (1917-1937). Tese (Doutorado em História) – IFCH, Campinas, 2016.

FRACCARO, G. C. C. Mulheres, sindicato e organização política nas greves de 1917 em São Paulo. **Revista Brasileira de História**, v. 37, n. 76, pp. 73-90, 2017.

HARDMANN, F. F.; LEONARDI, V. **História da Indústria e do Trabalho no Brasil**: das origens aos anos vinte. São Paulo: Ática, 1991.

HOBSBAWM, E. **A era dos impérios, 1875-1914**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

MATOS, M. I. S. **Trama e Poder**: a trajetória e polêmica em torno das indústrias de sacaria de para o café (São Paulo, 1888-1934), Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.

MATOS, M. I. S.; BORELLI, A. Espaço feminino no mercado produtivo. In: PINSKY, C. B.; PEDRO, J. M. (Orgs.) **História das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2012. pp. 126-147.

MAW, H. L. **Do Pacífico ao Atlântico**. Manaus: ACA, 1989.

MENEZES, B. S. **Imprensa e gênero**: a condição feminina e as representações da mulher amazonense na Imprensa Provincial, 1850-1889. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2014.

MENEZES, L. M. Os estrangeiros e o comércio do prazer nas ruas do Rio de Janeiro (1890-1930). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1992.

MESQUITA, O. M. **La Belle Vitrine**: Manaus entre dois tempos (1890-1900). Manaus: EDUA, 2009.

PERROT, M. **As mulheres ou os silêncios da História**. Bauru, São Paulo: Edusc, 1998.

PERROT, M. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2007.

PINHEIRO, L. B.; PINHEIRO, M. L. U. **Mundos do trabalho na cidade da borracha**: trabalhadores, lideranças, associações e greves operárias em Manaus (1880-1920). Jundiaí: Paco Editorial, 2017.

PINHEIRO, M. L. U. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo em Manaus, 1880-1920. Dissertação (Mestrado História) – Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 2001.

PINHEIRO, M. L. U. **Folhas do Norte**: letramento e periodismo em Manaus, 1880-1920. Manaus: Edua, 2015.

PINHEIRO, M. L. U. **A cidade sobre os ombros**: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1899-1925). Manaus: Edua, 2015.

PRAIA, B. L. **A crise da economia gumífera e o mundo do trabalho em Manaus**. Dissertação (Mestrado em História) – UFAM, Manaus, 2010.

RAGO, M. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, M. D. (Org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001. pp. 579-606.

RAGO, M. **Os prazeres da noite**: prostituição e códigos de sexualidade feminina em São Paulo, 1890-1930). Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

SAFFIOTI, H. I. B. **A mulher na sociedade de classes**: mito e realidade. Petrópolis: Vozes, 1976.

UCHOA, S. **Dois Anos de Saneamento**, 1923. Manaus, Livraria Clássica, 1924.

VIEIRA, M. P. A. PEIXOTO, M. R. C.; KHOYRY, Y. A. **A Pesquisa em História**. São Paulo: Ática, 1989.

VILLEROY, A. X. "Como se Deve Povoar o Solo Amazônico". MIRANDA, B. (Org.) **Annaes do Congresso Comercial, Industrial e Agrícola**. 22 a 27 de fev. de 1910, Manaus, Palais Royal, 1911.

WEINSTEIN, B. **A borracha da Amazônia**: expansão e decadência (1850-1920). São Paulo: Hucitec, 1993.